

ANÁLISE DOS IMPACTOS ECONÔMICOS DA CATÁSTROFE NO RIO GRANDE DO SUL (RS) E DO PLANO DE RECONSTRUÇÃO

Impacto negativo das enchentes na economia gaúcha pode chegar a R\$ 58 bilhões, com efeitos transbordamentos para outros estados de até R\$ 38,9 bilhões, somando uma perda de até R\$ 97 bilhões para a economia brasileira. A crise no Rio Grande do Sul, quarta maior economia regional do País, pode custar até 9,86% do PIB do Estado e gerar uma queda de até 1% no PIB brasileiro.

Resumo

Segundo estimativa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), a tragédia climática no Rio Grande do Sul pode provocar uma perda de até R\$ 58 bilhões somente no Estado, podendo ter efeitos estendidos para outros estados de até R\$ 38,9 bilhões, somando uma perda de aproximadamente R\$ 97 bilhões para a economia brasileira em 2024.

Além dos efeitos agregados sobre os PIBs estadual e nacional, a tragédia pode custar até 195 mil empregos no Rio Grande do Sul, com efeito contágio de até 110 mil empregos nos outros estados da Federação, criando um risco de perda de 305 mil empregos em 2024 para a economia brasileira.

Para mitigar o efeito negativo da tragédia, o governo federal anunciou um pacote de apoio ao Rio Grande do Sul de aproximadamente R\$ 46,1 bilhões, considerando transferência de novos recursos, antecipações de benefícios já programados para 2024 e a transformação das garantias em crédito.

Além disso, o Estado do Rio Grande do Sul estima que serão necessários R\$ 19 bilhões para reconstrução do estoque de infraestrutura que foi deteriorado pela catástrofe.

Caso o pacote de auxílio federal seja efetivado integralmente em 2024, bem como as necessidades de investimentos em infraestrutura, a economia do Rio Grande do Sul pode ter um adicional de R\$ 100 bilhões e 319 mil empregos, com efeitos transversais por toda a economia nacional, com R\$ 170,5 bilhões e 512 mil empregos.

O setor mais impactado pela catástrofe no Rio Grande do Sul é o de serviços, seguido pelo da indústria, que está quase empatada com o setor de comércio. Quando considerado os

efeitos transversais, a indústria passa a ser o setor mais impactado, devido à sua elevada presença em outros estados que ofertam para o Rio Grande do Sul.

Os setores que mais devem reagir a nível do Rio Grande do Sul e dos outros estados brasileiros são o de serviços e o da indústria, mantendo-se a ordem.

1. A tragédia no Rio Grande do Sul e como ela afeta o setor produtivo

A tragédia trará efeitos na atividade econômica, na inflação e na dinâmica fiscal do Brasil. Em relação à atividade econômica, podemos separar a análise entre os setores: agropecuária, indústria e comércio e serviços. No que tange o setor agropecuário, o Rio Grande do Sul é um importante produtor agrícola do País, com o setor respondendo por cerca de 6% do PIB do Estado – a produção de arroz, especialmente, representa aproximadamente 1% desse PIB. Importante ressaltar que relatos indicam que grande parte da safra foi colhida antes da tragédia. No entanto, os impactos em outras culturas e no planejamento para o plantio da próxima safra devem ser relevantes.

Em relação à indústria, o Rio Grande do Sul possui participação relevante na indústria da transformação do País, sendo um importante produtor de máquinas e aparelhos elétricos, produtos químicos, calçados e artigos de couro, veículos pesados, entre outros.

Os setores de comércio e serviços devem ser os mais duramente impactados no Estado, uma vez que dependem da circulação de pessoas na economia para performarem seus negócios.

2. O impacto no turismo

A CNC estima que o setor de turismo no Rio Grande do Sul perde aproximadamente R\$ 49,2 milhões por dia de receita, acumulando cerca de R\$ 2 bilhões de perda de faturamento até 12 de junho de 2024, podendo chegar até a R\$ 6 bilhões neste ano.

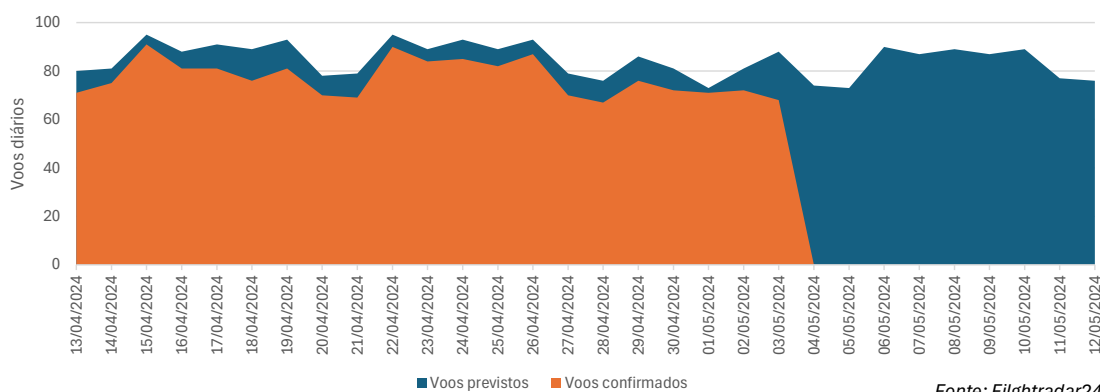
A proximidade da alta temporada pode ampliar essas perdas, uma vez que, historicamente, as receitas do setor crescem, em média, 13% em relação à baixa temporada. Desse modo, caso a paralização da economia não se encerre em breve, o faturamento da alta temporada pode ser fortemente impactado em 2024.

O Rio Grande do Sul foi responsável por cerca de 6% do faturamento do setor de turismo no Brasil em 2023, somando um faturamento de R\$ 28,9 bilhões no ano. Dessa forma, a perda de faturamento já acumulada representa aproximadamente 7,8% do total faturado pelo setor de turismo em 2023 no Estado, podendo alcançar 21,4%.

O fluxo de pessoas, interrompido devido ao alagamento, explica a perda de faturamento do setor no Rio Grande do Sul. Além disso, o comprometimento da infraestrutura de transportes é um grande fator de risco para o seu setor de turismo, uma vez que dificulta a retomada do fluxo de turistas que não possuem meios apropriados para entrar no Estado.

Além de rodovias afetadas, o fechamento do aeroporto da capital, responsável por 91% do fluxo de passageiros nos aeroportos do Estado, comprometeu o fluxo de passageiros. Isso levou o Ministério de Portos e Aeroportos a autorizar a utilização da Base Aérea de Canoas como alternativa ao principal aeródromo do Rio Grande do Sul. Segundo a pasta, a Base Aérea contará com 35 voos semanais, o equivalente a pouco mais de 10% da capacidade operacional semanal do Aeroporto Salgado Filho.

QUADRO I - VOOS DIÁRIOS COM DESTINO AO AEROPORTO DE PORTO ALEGRE (*Chegadas*)



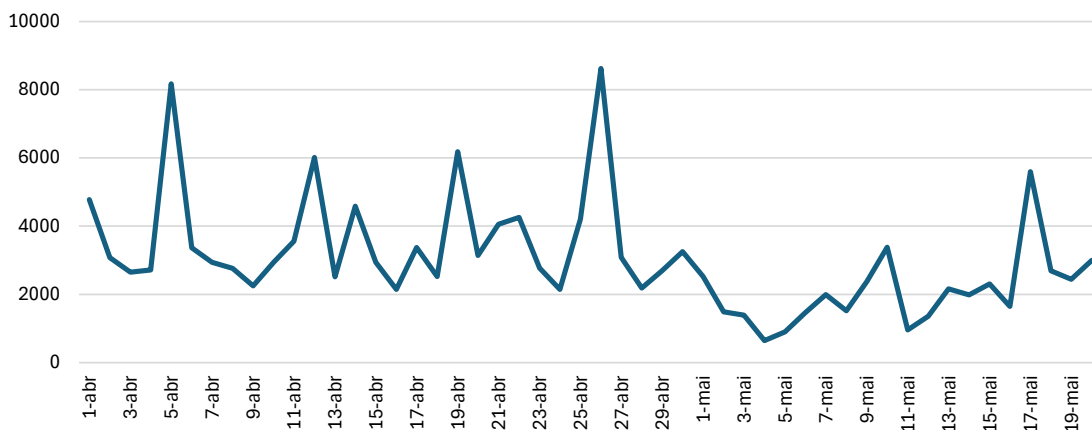
Fonte: Filghtradar24

No ano passado, o volume de passageiros nos aeroportos do Rio Grande do Sul respondeu por 4,2% e 1,9% dos fluxos nacional e internacionais de passageiros, respectivamente, segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Do total de passageiros que circularam pelo Estado, 91% utilizaram o aeroporto de Porto Alegre, seguido pelos aeródromos de Caxias do Sul (4%) e Passo Fundo (3%).

O cenário não foi distinto para o transporte rodoviário de passageiros, conforme expresso no Quadro II.

QUADRO II

PASSAGEIROS RODOVIÁRIOS TRANSPORTADOS DIARIAMENTE EM REGIME DE FRETAMENTO COM DESTINO A MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL



Fonte: ANTT

Somente nos 20 primeiros dias de maio, houve queda de 42% na quantidade de passageiros transportados com destino ao Rio Grande do Sul, segundo dados da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

3. Os impactos no setor de comércio e serviços

A CNC estima perda diária de receitas no setor de comércio da ordem de R\$ 5 bilhões, desde o início do alagamento até a segunda quinzena de junho, o que equivale a 31,5% do valor previsto para o mês de maio (R\$16,1 bilhões).

Entretanto, assim como no turismo, as perdas decorrentes do evento climático afetaram a infraestrutura e o abastecimento dos estabelecimentos comerciais, gerando uma queda abrupta de 28% no fluxo de veículos de cargas nas estradas do Estado, de acordo estimativas obtidas a partir de dados preliminares disponibilizados pela ANTT.

O Rio Grande do Sul representa a quinta unidade da Federação em termos de movimentação financeira anual. Em 2023, o comércio gaúcho movimentou R\$ 203,3 bilhões (7% do total do volume de vendas do varejo brasileiro).

As perdas impostas ao varejo gaúcho pela tragédia climática podem chegar a R\$ 10 bilhões, representando uma perda de cerca de 5% do total faturado pelo setor em 2023 no Rio Grande do Sul.

4. Os impactos econômicos agregados

Conforme apresentado anteriormente, os efeitos negativos da tragédia vivida pelo do Rio Grande do Sul podem chegar a 9,08% do seu PIB, podendo ter um reflexo de até -1% no PIB nacional, a depender de quanto tempo a paralização do Estado se estenda.

Em números, o impacto total no Rio Grande do Sul pode chegar a R\$ 58,1 bilhões, com efeitos transbordamentos para outros estados da ordem de R\$ 38,9 bilhões, somando um efeito total para a economia brasileira de R\$ 97 bilhões.

Em vista da paralização das atividades econômicas em praticamente todo o Estado, o Rio Grande do Sul pode perder cerca de 195 mil postos de trabalho, com efeitos nos outros estados, que podem diminuir cerca de 100 mil empregos, somando 305 mil em 2024.

O potencial de perdas de postos de trabalhos no Rio Grande do Sul pode chegar a 7,19% do estoque de empregos formais da economia e, devido aos efeitos transbordamentos, custar até 0,69% do estoque de empregos a nível nacional.

Embora a tragédia seja focalizada no Rio Grande do Sul, é importante destacar que a economia nacional é encadeada, de forma que a paralisação em um estado gera efeitos perversos em outros estados pelas relações intersetoriais. Desse modo, a ágil solução do problema é de interesse nacional, buscando evitar transbordamentos para outros entes da Federação.

5. As medidas de combate à tragédia e o seu impacto na economia do Rio Grande do Sul

O governo federal anunciou uma série de medidas de auxílio ao Rio Grande do Sul. Dentre as principais medidas, estão a suspensão do pagamento de juros da dívida do Estado, aporte no Fundo Garantidor Operacional, inclusão de mais beneficiários no Bolsa Família e recuperação de prédios públicos, dentre outros.

Todos os esforços da União para mitigação da catástrofe somam cerca de R\$ 50 bilhões.

Além dos esforços federais, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul divulgou que serão necessários cerca de R\$ 19 bilhões para a reconstrução do seu estoque de infraestrutura.

O pacote de reconstrução do estoque de infraestrutura tem potencial de gerar benefícios econômicos da ordem de R\$ 37,5 bilhões no Rio Grande do Sul. Devido ao encadeamento da estrutura produtiva nacional, o efeito nos demais estados do Brasil pode chegar a R\$ 28,4 bilhões, somando um efeito total de R\$ 65,8 bilhões para a economia nacional.

O pacote do governo federal teve que ter os seus efeitos desagregados entre medidas de transferência de renda direta, com R\$ 2,63 bilhões (23% do total) e o pacote de crédito previsto pelo governo – R\$ 9 bilhões de suporte a garantias –, que tem o potencial de gerar R\$ 43,5 bilhões em benefícios econômicos.

No que tange ao pacote de transferência de renda, os impactos diretos no Rio Grande do Sul têm o potencial de gerar R\$ 4,9 bilhões de PIB, com efeito nos outros estados de R\$ 3,3 bilhões, totalizando um impacto de R\$ 8,2 bilhões em nível nacional.

O efeito do crédito concedido é mais desafiador de ser simulado, uma vez que se deve assumir como premissa qual o nível de transformação das garantias em crédito efetivo.

Desse modo, foram simulados considerando três cenários de conversão de garantias em crédito: 1 para 1, 1 para 2 e 1 para 5, considerando uma elasticidade média de R\$ 1 em crédito para R\$ 3,29 em PIB.¹

¹ A elasticidade foi estimada por modelo de regressão linear simplificado estimado por Mínimos Quadrados Ordinários, considerando o PIB como variável dependente e volume de crédito concedido para

Tabela 1 – Impactos estimados da tragédia e do pacote de reconstrução propostos pelos governos federal e estadual

| Variáveis | PIB | | | Emprego | | |
|-----------------------------|------------|--------------|---------------|--------------|---------------|---------------|
| | RS | Resto do BR | BR | RS | Resto do BR | BR |
| Variável t=0 | 640.230,00 | 9.359.770,00 | 10.000.000,00 | 2.718.291,00 | 41.510.829,00 | 44.229.120,00 |
| Efeito Tragédia | -58.149,11 | -38.987,36 | -97.136,46 | -195.511,27 | -110.091,16 | -305.602,44 |
| Efeito % | -9,08% | -0,42% | -0,97% | -7,19% | -0,27% | -0,69% |
| RETOMADA | | | | | | |
| Pacote Inv RS | 37.350,53 | 28.456,42 | 65.806,95 | 108.574,90 | 74.679,77 | 183.254,67 |
| Efeito % | 5,83% | 0,30% | 0,66% | 3,99% | 0,18% | 0,41% |
| Pacote Renda | 4.946,82 | 3.316,71 | 8.263,53 | 16.632,41 | 9.365,60 | 25.998,01 |
| Efeito % | 0,77% | 0,04% | 0,08% | 0,61% | 0,02% | 0,06% |
| Pacote Crédito ² | 115.899,94 | 77.707,69 | 193.607,63 | 389.683,47 | 219.428,30 | 609.111,77 |
| Efeito % | 18,10% | 0,83% | 1,94% | 14,34% | 0,53% | 1,38% |

Fonte: Estimativas CNC.

A Tabela 1 apresenta os resultados centrais das simulações dos choques da tragédia no Rio Grande do Sul, bem como do pacote de medidas para mitigar os efeitos da catástrofe, incluindo o pacote do governo federal e do governo estadual.

Como já mencionado anteriormente, a tragédia climática vivida pelo Rio Grande do Sul pode custar até R\$ 58,1 para o PIB gaúcho, com efeito transbordamento para outros estados de R\$ 38,9 bilhões, totalizando um efeito negativo para a economia brasileira de R\$ 97,1 bilhões.

Do lado do emprego, o efeito também é bastante negativo, podendo custar até 195 mil postos de trabalho no Rio Grande do Sul, com efeito transbordamento para os outros estados de 110 mil, totalizando uma perda máxima na economia brasileira de 305,6 mil empregos.

O pacote da retomada foi dividido pelo pacote de investimentos pelo Rio Grande do Sul para reconstrução do estoque de infraestrutura de R\$ 19 bilhões, além do pacote anunciado pelo

² Foi considerado para efeitos de resultados somente o cenário de transformação garantia/crédito de 1 para 1, por ser o cenário mais conservador.

governo federal de R\$ 11,6 bilhões, mas que pode chegar a até R\$ 46,13 bilhões quando considerada a taxa de conversão de garantias em financiamentos.

O pacote de reconstrução da infraestrutura do Rio Grande do Sul pode gerar um impacto positivo de R\$ 37,5 bilhões no PIB do Estado, com efeito transbordamento de R\$ 28,4 bilhões, totalizando um efeito de R\$ 65,8 bilhões. Em relação a empregos, o pacote de infraestrutura pode gerar até 108,5 mil empregos no Estado, com efeito transbordamento de 74,6 mil postos de trabalho, totalizando um efeito positivo de 183,2 mil vagas.

O pacote de transferência de renda do governo federal, de R\$ 2,6 bilhões, tem o potencial de gerar efeitos diretos no Rio Grande do Sul de R\$ 4,9 bilhões, com um transbordamento para outros estados de R\$ 3,3 bilhões, totalizando um efeito de R\$ 8,2 bilhões. Em relação aos empregos que podem ser gerados por esse pacote, o Estado do Rio Grande do Sul pode ter um adicional de 16,6 mil postos de trabalho, com um efeito transbordamento de 9,3 mil postos, totalizando uma geração de 25,99 mil empregos.

Por fim, o pacote de créditos anunciados, de aproximadamente R\$ 11,6 bilhões em garantias, pode gerar até R\$ 46 bilhões em crédito concedido a empresas, a depender da precificação de risco das instituições bancárias. Em vista da situação de calamidade, foi considerado um cenário conservador de conversão de 1 para 1, ou seja, R\$ 1 em garantias gera R\$ 1 de crédito adicional.

Com efeito, o pacote de crédito tem o potencial de gerar efeitos diretos sobre o PIB gaúcho de R\$ 115,9 bilhões, com efeito transbordamento de R\$ 77,7 bilhões, totalizando um impacto de R\$ 193,6 bilhões na economia brasileira. Em relação aos empregos que podem ser gerados, temos 389 mil postos de trabalho no Rio Grande do Sul, sendo 219 mil devido ao efeito transbordamento nos outros estados, totalizando 609 mil vagas a nível nacional em 2024.

A Tabela 2 apresenta os efeitos transformadores do pacote de infraestrutura, renda e crédito desagregado por grande setores da economia, buscando identificar os setores mais ou menos impactados e incentivados com a reconstrução.

Tabela 2 – Efeitos desagregados por setores

| Rio Grande do Sul | | | | | |
|-------------------|------------|------------|-----------|------------|-----------|
| Impacto (b=2024) | Comércio | Serviços | Turismo | Indústria | Agrícola |
| Tragédia | -10.031,18 | -27.379,52 | -6.008,91 | -12.603,17 | -2.126,33 |
| Investimentos | 2.852 | 27.151,69 | 1.825,32 | 5.090,14 | 431,39 |
| Renda | 853,37 | 2.329,21 | 511,19 | 1.072,17 | 180,89 |
| Crédito | 19.993,65 | 54.571,51 | 11.976,66 | 25.120,02 | 4.238,10 |
| RESTO BR | | | | | |
| Impacto (b=2024) | Comércio | Serviços | Turismo | Indústria | Agrícola |
| Tragédia | -3.321,40 | -12.255,80 | -3.345,86 | -15.160,67 | -2.360,90 |
| Investimentos | 2.342,91 | 8.225,46 | 2.321,70 | 12.624,29 | 1.124,06 |
| Renda | 282,56 | 1.042,62 | 284,64 | 1.289,74 | 200,85 |
| Crédito | 6.620,05 | 24.427,66 | 6.668,81 | 30.217,50 | 4.705,64 |

Fonte: Estimativas CNC.

Conforme ilustrado na Tabela 2, o setor mais impactado pela tragédia climática no Rio Grande do Sul é o de serviços, seguido pelo da indústria, que está quase empatada com o setor de comércio.

O elevado impacto da tragédia no setor de serviços se refere à interrupção quase que integral das atividades devido à tragédia. Dessa forma, é o setor que mais deve reagir devido às medidas anunciadas para a reconstrução do Estado.

Quando analisado os efeitos transversais da tragédia no Rio Grande do Sul, a indústria passa a ser o principal setor impactado e, conseqüentemente, o principal setor a ser beneficiado pelo pacote de reconstrução.

6. A sugestão da CNC para complementar o pacote de medidas econômicas para o Estado do Rio Grande do Sul

As estimativas feitas pela CNC apontam prejuízos bilionários e um longo caminho para a reconstrução do Estado e a retomada das atividades econômicas.

No entanto, é sabido que o esforço necessário para apoiar tal reconstrução ainda será bem maior do que o inicialmente estimado. Portanto, entende-se que seja necessária maior

atuação do governo federal, à luz das medidas tomadas ao longo da pandemia, para dar suporte necessário ao enfrentamento da crise pelo Estado do Rio Grande do Sul.

A CNC entende que são fundamentais as seguintes medidas de combate à crise para complementar os esforços já despendidos pelo governo federal.

A. Preservação dos empregos

A possibilidade de perdas de postos de trabalho, que representam cerca de 7,2% dos empregos formais do Rio Grande do Sul e 0,7% da economia brasileira como um todo, leva a CNC a pontuar, como principal ação para o governo federal, a criação de uma Medida Provisória (MP) que enderece medidas que busquem preservar os empregos, semelhante ao estabelecido pela MP nº 936/20 durante a crise da covid-19.

Os pontos centrais da MP proposta pela CNC são:

- Permitir a redução proporcional da jornada de trabalho e dos salários;
- Suspensão temporária dos contratos de trabalho, com compensação financeira parcial pelo governo federal;
- Medidas para flexibilizar o trabalho remoto;
- Antecipação de férias;
- Utilização de bancos de horas para compensação de pagamentos de salários;

B. Acesso a crédito

O governo federal já instituiu diversas medidas voltadas ao crédito para tratar da calamidade vivida pelo Rio Grande do Sul. Ainda em tempo, a CNC entende que seja interessante a proposição dos seguintes programas adicionais:

- Programa de crédito direcionado ao Rio Grande do Sul para o pagamento de folha salarial de empresas do Estado;
- Criação de *standstill* para todas as linhas de crédito públicas de empresas do Rio Grande do Sul;
- Programa para renegociação de dívidas tributárias e não tributárias;

- Redução a zero do spread bancário de todas as operações de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para empresas do Rio Grande do Sul.

C. Alívio tributário

O governo federal já propôs diversas medidas para auxílio da tragédia no Rio Grande do Sul. A CNC entende que as seguintes medidas fiscais seriam de grande valia para a recuperação econômica do Estado, evitando um efeito contágio por toda a economia brasileira.

- Diferimento de seis meses para pagamento da parcela federal do Simples Nacional;
- Diferimento de seis meses para pagamento dos impostos federais;
- Instituição do Programa Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) no Rio Grande do Sul, com redução a 0% das alíquotas dos impostos federais para o setor de turismo até 2027.